

Sumário

Número de notícias: 23 | Número de veículos: 16

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Sem reforma, sistema segue complexo e caro 3

G1 - NACIONAL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Como Brasil pode reduzir a pobreza no próximo governo, segundo Banco Mundial 4

O GLOBO - ON LINE - RJ - ULTIMAS NOTICIAS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Carf: Tribunal da Receita tem volume histórico de mais de R\$ 1 trilhão em processos tributários sem julgamento? 9

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

PGFN dificulta uso de prejuízo fiscal em acordos 12

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Corrida contra o tempo para aderir à Funpresp 13

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Julgamento da Lei de Improbidade interessa a políticos e até a policiais 16

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Migração de regime de aposentadoria pode ser vantajoso para 100 mil, diz Funpresp 18

PORTAL UOL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Quem tem sequela da covid ganha benefícios do INSS e pode até se aposentar 20

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO
SERVIDOR PÚBLICO

Guia indica a servidores evitar uso de termos preconceituosos 22

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
SERVIDOR PÚBLICO

Rápida retomada do mercado de trabalho não é sustentável (Editorial) 24

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Bombas no caminho do próximo governo (Editorial) 25

O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

O custo de governar o Brasil aumentou (Artigo) 27

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Mercado vê deflação no ano para preços controlados pelo governo 29

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Setor de óleo e gás vai gerar 500 mil empregos até 2025 30

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Com corte de 1CMS, SP deixa de pagar R\$ 2,6 bilhões ao Tesouro este ano 31

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Vale-alimentação poderia ser pago em dinheiro, propõe relator na Câmara 32

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Mercado vê pressão inflacionária maior em 2023 e eleva estimativa para Selic a 11%
..... 34

FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHA MAIS
ECONOMIA

Desaceleração econômica nos EUA pode levar à recessão? 35

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - BRASIL
ECONOMIA

IBGE diz estar "confiante" sobre o orçamento 37

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Orçamento de 2023 não tem espaço para reajuste geral e auxílio a R\$ 600 38

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Bloqueio em orçamento secreto pode "azedar" apoio do Congresso a governo 40

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Focus mantém cenário de estouro da meta para IPCA 42

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Como a população está mudando (Editorial) 44

Sem reforma, sistema segue complexo e caro

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/oglobo/20220802/page/3>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/oglobo/20220802/page/3>

Como Brasil pode reduzir a pobreza no próximo governo, segundo Banco Mundial

Por BBC

Em um calhamaço de 155 páginas lançado em julho, o Banco Mundial - instituição financeira internacional que faz empréstimos para países em desenvolvimento - apresenta um combo de sugestões de políticas para reduzir a pobreza e a desigualdade no Brasil.

A ideia é gerar conversações sobre as distintas reformas e mudanças de políticas que são necessárias no país, dado o contexto que o Brasil está vivendo, com os novos desafios da pandemia e os velhos desafios das desigualdades, diz Gabriel Lara Ibarra, economista sênior do Grupo de Pobreza e Equidade do Banco Mundial e responsável pelo relatório.

As sugestões vão desde programas de recuperação escolar pós-pandemia, passando por requalificação de trabalhadores, investimentos em infraestrutura e saúde, inclusão financeira e digital da população mais vulnerável, regularização fundiária, até uma otimização dos programas sociais, com a revisão de benefícios menos eficientes e adoção de uma metodologia oficial de definição de pobreza pelo país.

Segundo o Banco Mundial, o momento atual é estratégico para o Brasil, passadas duas crises - a recessão econômica de 2014-2016 e a pandemia -, e diante do novo ciclo de políticas públicas que deve ter início com o governo que começa em 2023.

A instituição lembra que o Brasil já fez isso uma vez: entre 2001 e 2011, o **PIB** per capita (soma de toda a riqueza produzida no país, dividida pelo número de habitantes, uma medida de desenvolvimento humano) cresceu 32%, enquanto a desigualdade diminuiu 9,4% e o percentual de pessoas vivendo na pobreza e extrema pobreza caiu pela metade.

Ibarra destaca a importância da ação do Estado para redução da pobreza e da desigualdade.

É uma decisão inteligente para promover o desenvolvimento econômico não só do país, mas das famílias também, diz o economista mexicano, em entrevista à BBC News Brasil. É necessário para gerar uma via sustentável de desenvolvimento econômico para as famílias que, por alguma razão, não têm tudo o que precisam para garantir um nível mínimo de bem-estar.

Confira 11 sugestões do Banco Mundial para reduzir a miséria e as iniquidades sociais no Brasil, no curto e no longo prazo.

1) Adotar programas de recuperação escolar

Diante do forte impacto da pandemia sobre a educação, o Banco Mundial diz que o Brasil deve adotar no curto prazo programas de recuperação escolar durante o período letivo e no contraturno (isto é, fora do horário de aulas regulares).

A instituição destaca a disparidade no acesso a atividades escolares durante a pandemia: enquanto 75,6% das crianças de lares mais ricos realizaram atividades escolares durante cinco dias da semana, somente 50% das crianças mais pobres tiveram a mesma frequência; e uma em cada cinco crianças de renda mais baixa não participaram de atividade escolar alguma nesse período.

As perdas nas habilidades em português e matemática causadas pela pandemia já representam mais de um ano de aprendizagem perdida, observa o banco, que afirma que os professores precisam receber ferramentas para identificar o nível de aprendizagem de cada criança.

Além disso, os sistemas educacionais devem buscar ativamente os estudantes que abandonaram a escola e adotar estratégias para evitar novos abandonos.

2) Apoiar a reinserção das mulheres no mercado de trabalho

Apesar de a taxa de desemprego brasileira já ter voltado para níveis pré-pandemia (ela estava em 9,3% em junho, menor patamar para o trimestre desde 2015), as mulheres seguem com maior dificuldade de retornar ao mercado de trabalho, em comparação com os homens.

Em março, quando a taxa de desemprego no país estava em 11,1%, o nível de desocupação delas era 13,7%, comparado a 9,1% para eles - a diferença entre as taxas era então de 50,5%.

Neste cenário, o Banco Mundial destaca que o sistema de proteção social segue tendo papel crucial,

especialmente para as mães solteiras e os lares mais vulneráveis.

Para apoiar a reinserção das mulheres no mercado de trabalho, a instituição diz que são necessárias políticas e programas que foquem especialmente nelas e nos setores onde as mulheres costumam se ocupar mais.

Essas políticas e programas podem incluir o retreinamento de mulheres e subsídios para a recontração, como feito, por exemplo, no Chile, diz o banco, destacando ainda a importância de assistência financeira e técnica para mulheres empreendedoras e autônomas, além de campanhas para aumentar a conscientização quanto à desigualdade no trabalho doméstico e de cuidado com dependentes, como crianças e idosos.

3) Reformar o sistema de apoio aos desempregados

Em 2019, antes da pandemia, apenas 17,7% dos desempregados brasileiros recebiam seguro-desemprego, bem abaixo da média de 37% dos países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), isso apesar de o país gastar o equivalente a 2,3% do **PIB** com programas voltados ao mercado de trabalho, acima do padrão internacional.

Assim, o Banco Mundial defende que é preciso reformar o atual sistema de apoio aos desempregados, estendendo a proteção aos trabalhadores autônomos e provendo serviços aos desocupados para evitar a deterioração das suas habilidades.

O banco também defende programas de incentivo à contratação de trabalhadores jovens e de baixa qualificação, como o Contrato de Trabalho Verde e Amarelo proposto pelo governo Bolsonaro.

Esse modelo de contratação, no entanto, foi muito criticada por entidades sindicais, que argumentavam à época que a proposta criava uma parcela de trabalhadores de segunda classe, com menos direitos do que os demais.

4) Aumentar gastos com educação e melhorar direcionamento

O Brasil gastava em 2018 o equivalente a 6% do **PIB** com educação, acima da média de 3,9% dos países de renda média-alta. Esses gastos, contudo, poderiam ser mais bem focalizados, defende o Banco Mundial.

A instituição sugere, por exemplo, que as regiões Norte e Nordeste deveriam ser priorizadas, com investimentos em infraestrutura, na formação docente

e em gestão.

O banco também defende que as despesas com universidades federais deveriam ser revistas, já que em 2015, elas consumiam 0,7% do **PIB**, mas 65% dos estudantes destas instituições pertenciam aos 40% mais ricos da população.

A BBC News Brasil questionou o economista Gabriel Lara Ibarra, responsável pelo estudo, sobre qual exatamente é a proposta do Banco Mundial para as universidades federais, posto que o Brasil ainda tem somente 21% dos jovens adultos com ensino superior, comparado a média de 44% em países da OCDE, 40% na Argentina e 63% na Rússia, por exemplo.

E num momento em que a participação de negros e egressos do ensino público finalmente cresce nestas universidades, como resultado da política de cotas sociais e raciais.

O ponto não é que as despesas educacionais no nível terciário deveriam ser mais baixas, mas que a destinação de recursos deve levar em conta a integralidade das despesas de educação, argumentou Ibarra.

Os gastos têm que ser feitos de forma que os estudantes de todas as partes da distribuição de renda, incluindo famílias de renda mais baixa, possam beneficiar-se deles. Uma solução, por exemplo, seria um aumento dos recursos para os níveis educacionais mais baixos, permitindo que alunos vindos da escola pública no nível fundamental tenham melhor qualidade da educação e uma probabilidade mais alta de aceder às universidades públicas.

Adriano Senkevics, doutor em educação pela USP (Universidade de São Paulo), vê a sugestão do Banco Mundial de rever os gastos com as universidades federais com cautela.

O que me incomoda nessa abordagem é que ela insiste numa oposição entre gasto com educação básica e educação superior, quando estamos mal nas duas dimensões, essa é a verdade, diz Senkevics.

Temos uma população pouquíssimo escolarizada e, se a preocupação é com desigualdade, há um estudo do Marcelo Medeiros, Rogério Barbosa e Flavio Carvalhaes que mostra que o nível educacional que vai ter impacto sobre a desigualdade é o ensino superior.

O banco também defende a necessidade de melhorar a qualidade da educação, considerando que o desempenho dos alunos brasileiros no Pisa (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes) é

sistematicamente inferior à média da OCDE.

Aqui, os especialistas sugerem medidas como a nomeação de diretores escolares e a bonificação de professores e funcionários a partir de avaliações de desempenho. Eles citam como exemplo o modelo do Ceará, de financiamento da educação baseado em resultados.

5) Requalificar trabalhadores

O envelhecimento e baixa qualificação dos trabalhadores exigirão um esforço de requalificação da mão de obra brasileira nos próximos anos, diz o Banco Mundial.

Os autores mostram essa necessidade em números: 95% dos trabalhadores pobres trabalham em ocupações com risco relativamente alto de automação; cerca de um terço dos brasileiros com 20 a 39 anos não concluíram o ensino médio e só 17% têm diploma de ensino superior; e a taxa de dependência (relação entre o número de crianças e idosos e a população em idade ativa) da economia brasileira deve subir dos atuais 45% para 67% até 2060.

Há uma parcela importante da mão de obra brasileira que já saiu da escola tradicional, que já tem as habilidades definidas e o nível de educação que vão ter. Mas a dinâmica de automação e investimentos em novos setores, como a economia verde, vão exigir capacidades que esses grupos de trabalhadores não têm. Por isso é importante pensar como eles vão poder enfrentar essas mudanças do mercado do trabalho do futuro, diz Ibarra.

Segundo ele, é preciso envolver as empresas em esforços de requalificação de seus trabalhadores, com estímulos à formação técnica e profissional. Além disso, diante da redução constante da mão de obra agrícola, são necessários programas para ajudar os trabalhadores rurais a transitar para outros setores, sugere o Banco Mundial.

6) Ampliar investimento em saúde

Em 2017, um terço das famílias brasileiras gastaram mais de 10% do orçamento familiar em saúde, com medicamentos como a principal despesa paga do próprio bolso. Além disso, a cada ano, 10 milhões de brasileiros caem na pobreza por despesas com saúde, cita o banco.

Assim, uma política holística de combate à pobreza deve incluir o fortalecimento do sistema público de saúde, de forma a reduzir as despesas pagas pelas pessoas do próprio bolso.

7) Ampliar a inclusão financeira e digital da população de baixa renda

O Brasil tem níveis de acesso a crédito e a contas bancárias superiores ao restante da América Latina e Caribe, mas esse acesso é bem menor para os 40% mais pobres, diz o banco. Além disso, só 32% dos brasileiros adultos conseguiram poupar dinheiro em 2017.

A inclusão e a educação financeira criam a possibilidade de poupança, gerando um caminho mais sustentável para as finanças das famílias que estão na parte mais baixa da distribuição de renda, diz Ibarra.

A ferramentas digitais reduzem o custo do acesso a produtos bancários e há muita facilidade hoje em dia, através dos aplicativos, para transações financeiras formais, cita o economista, destacando a bem-sucedida experiência do pagamento do auxílio emergencial através de contas digitais da Caixa Econômica Federal.

O Banco Mundial sugere que o Bolsa Família ou Auxílio Brasil também poderia ser atrelado a uma conta poupança dedicada. Mas alerta que é preciso programas para apoiar a inclusão digital das populações rurais e vulneráveis, já que o preço e a qualidade dos serviços de banda larga no Brasil são hoje fatores impeditivos para essas parcelas da população.

8) Melhorar a regularização fundiária

Muitos estudos mostram que, quando os direitos de propriedade são claros e bem regularizados, os incentivos para cuidar, investir e produzir mais sobre uma determinada propriedade são muito maiores, diz o economista do Banco Mundial.

Segundo o estudo, cerca de 57% da população rural cronicamente pobre não possui registro formal de propriedade; metade do território registrado no Brasil tem registros sobrepostos; e os mais de 20 órgãos envolvidos na regularização fundiária no país não estão conectados.

Assim, o banco defende a simplificação e integração dos processos de cadastro de imóveis, além de um esforço de registro de terras estaduais e federais, com retificação ou cancelamento de registros equivocados.

Uma reforma do processo de regularização fundiária, com sistemas melhor integrados, vai dar mais certeza aos direitos de propriedade para as famílias, afirma Ibarra.

9) Aumentar competitividade e abrir o mercado

O Banco Mundial avalia que o modelo econômico brasileiro, baseado em uma indústria altamente protegida e exportações de commodities, está exaurido .

Assim, a instituição defende que, para fortalecer o crescimento, é preciso acelerar mudanças estruturais, com o aumento da produtividade da indústria e do setor de serviços, diversificação das importações e aumento da participação do Brasil no comércio global.

O banco também defende a necessidade de o país retomar investimentos em infraestrutura e afirma que uma forma de fazer isso seria reduzir a vinculação de despesas no orçamento, gerando espaço para investimentos dentro do teto de gastos.

No entanto, o governo Jair Bolsonaro (PL) realizou diversas manobras para driblar o teto nos últimos anos e há uma expectativa de que um novo governo eventualmente mude a regra, que tem se mostrado de difícil cumprimento sob os moldes atuais.

10) Usar a política fiscal para promover a igualdade

A política fiscal diz respeito à arrecadação e aos gastos do governo. Aqui, o Banco Mundial faz duas sugestões principais: uma revisão dos programas sociais para destinar mais recursos aos gastos considerados mais eficientes e uma **reforma tributária**.

Com os mesmos recursos poderíamos ter um impacto maior na pobreza ou até mesmo alguma poupança para fazermos mais investimentos nos serviços públicos , diz Ibarra.

A instituição destaca, por exemplo, os gastos com o Salário Família e o Abono Salarial, que por serem destinados a trabalhadores formais, beneficiam o meio da distribuição de renda, enquanto o Bolsa Família é considerado um gasto bem direcionado aos mais pobres.

O Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) chegou a sugerir em estudos recentes a fusão do Bolsa Família, Salário Família, Abono Salarial e da dedução por dependentes no Imposto de Renda da Pessoa Física, para criação de um benefício infantil universal . A proposta foi vista com bons olhos por especialistas em desigualdade, mas não avançou.

O Banco Mundial defende ainda a simplificação dos **impostos** indiretos - aqueles aplicados sobre o consumo de bens e serviços - para um modelo de Imposto de Valor Agregado (IVA), adotado em muitos países da Europa.

Um dos modelos de **reforma tributária** discutido nos últimos anos ia justamente nessa linha, mas também não prosperou.

11) Melhorar estatísticas e criar medida oficial de pobreza

Por fim, as últimas propostas do Banco Mundial para atacar a pobreza e a desigualdade tratam da produção de informação.

Melhorar a coleta de dados sobre as populações indígenas e quilombolas e fortalecer o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), com a incorporação pelo órgão de novas fontes de dados como registros administrativos, big data e GPS, estão entre as recomendações.

O banco destaca ainda que a recente elevação da linha de pobreza considerada para pagamento do Auxílio Brasil para R\$ 210 é positiva, mas insuficiente, sendo necessária a adoção de uma metodologia oficial de medição de pobreza no país.

Com uma metodologia analiticamente sólida é possível definir o custo de vida no país e quanto as famílias precisam para cobrir suas necessidades básicas. Isso pode então servir de ponto de referência para identificar as famílias que estão em necessidade de apoio monetário , diz Ibarra. Não é um exercício fácil, nem uma solução final para a pobreza no país, mas isso é importante porque dá um ponto de referência para a política pública.

- Este texto foi publicado originalmente em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-62387207>

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/08/02/como-brasil-pode-reduzir-a-pobreza-no-proximo-governo-segundo-banco-mundial.ghtml>

Carf: Tribunal da Receita tem volume histórico de mais de R\$ 1 trilhão em processos tributários sem julgamento?

Por Manoel Ventura - Brasília

A quantidade de processos parados no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, o Tribunal da Receita, superou a marca de R\$ 1 trilhão. O aumento do estoque de casos é resultado de um teto imposto pelo órgão, que impediu o julgamento de grandes causas durante a pandemia, e pela greve dos auditores da **Receita Federal**.

Trata-se do maior número de processos à espera de julgamento desde 2011, início da série. O número, segundo especialistas, expõe a complexidade do sistema tributário brasileiro. A demora na resolução desses casos gera incerteza para as companhias e aumento de custos processuais para empresas e governo.

O **Carf** julga casos em que o contribuinte não concorda com autuações tributárias. O órgão reúne desde discussões sobre Imposto de Renda da Pessoa Física até casos bilionários de multinacionais, de modo a evitar que questões tributárias sejam levadas diretamente para a Justiça.

A média histórica de julgamentos parados no **Carf** girava em torno de R\$ 600 bilhões. Com a pandemia e a paralisação dos auditores, o número cresceu mês a mês e agora soma R\$ 1,053 trilhão.

Roberto Quiroga, sócio-diretor do escritório Mattos Filho, lembra que os processos parados no **Carf** engrossam a montanha do contencioso tributário brasileiro:

- O número mostra que alguma coisa está errada, pois a litigiosidade está muito alta. Ou está tendo erro da interpretação da lei por parte dos contribuintes, ou exagero da autoridade tributária. Tudo isso decorre da interpretação da lei brasileira, do sistema tributário brasileiro, que é realmente muito confuso.

Com a pandemia, o **Carf** decidiu impor um teto de R\$ 36 milhões para os casos que foram levados a julgamentos, que ocorriam de maneira virtual. Esse limite caiu em abril. Isso ocorreu na mesma época em que começou a mobilização dos auditores fiscais pela

regulamentação do bônus de eficiência, que tem levado ao adiamento das sessões de julgamento do conselho por falta de quórum.

O **Carf** é composto por 180 conselheiros (90 representantes dos contribuintes e 90 da Receita). Sem quórum, apenas uma turma vem tendo sessões regulares.

Segundo dados divulgados pelo **Carf**, tramitam no tribunal administrativo 160 processos com valor de R\$ 1 bilhão ou mais. Eles somavam, porém, R\$ 444 bilhões. Ou seja, 42% do valor do estoque do **Carf** dizem respeito a menos de duas centenas de casos.

Entre grandes processos em discussão no **Carf**, estão processos relacionados a empresas como Itaú, Ambev e Petrobras. O banco enfrenta processos de cerca de R\$ 60 bilhões. Um deles, por exemplo, refere-se à fusão com o Unibanco, parado desde 2018 e que já chega a R\$ 30 bilhões, considerando a atualização monetária. Procurado, o banco não se manifestou.

A Ambev tem casos volumosos no **Carf**, somando cerca de R\$ 50 bilhões. A empresa afirma que os valores indicados são fruto de discussões em que discorda da cobrança e são temas comuns a grandes empresas brasileiras. "Considerando o porte da empresa e, ainda, por sermos uma das maiores pagadoras de **impostos** do país, é natural que, na soma, o valor em discussão seja expressivo", afirma.

A Petrobras, por sua vez, tem R\$ 30 bilhões pendentes de julgamento. A estatal diz que os processos se referem a divergências de interpretação da norma tributária entre contribuinte e autoridade fiscal federal e não representam dívida em desfavor da companhia.

'Soluções inovadoras'

Em nota, o **Carf** disse que tem controle de todos os seus processos de trabalho, com mensuração quantitativa e qualitativa dos resultados. "O **Carf** estuda soluções inovadoras para o enfrentamento da situação com foco na qualidade e celeridade de suas decisões", afirma. Segundo o órgão, 25% dos

processos já se encontram prontos para julgamento.

Apesar do montante elevado de processos, Leandro Cabral, sócio da área tributária do Velloza Advogados, afirma ser mais positivo para os contribuintes e para o Estado ter as discussões tributárias na via extrajudicial. Na Justiça, uma questão tributária leva de sete a dez anos - no **Carf**, são 3,5 anos, em média.

- O contencioso tributário brasileiro se destaca no plano mundial - afirma Cabral. - Quem chega ao **Carf** é quem entende que não deve mesmo e vai investir uma série de ferramentas para reverter a cobrança tributária, podendo perder ou ganhar. E o processo judicial é mais oneroso para o Estado e para o contribuinte.

Segundo conselheiros do **Carf**, as maiores autuações em discussão estão relacionadas, na maioria, a IRPJ e CSLL. São discussões sobre planejamentos tributários apontados como abusivos pela Receita, com a aplicação pelo Fisco da multa qualificada, de 150% do tributo devido. A penalidade ajuda a elevar o valor dos processos.

Casos envolvendo pessoas físicas costumam ter valores menores. O conselho analisa, por exemplo, processos de contribuintes que caíram na malha fina e estão discutindo o montante a pagar de Imposto de Renda da Pessoa Física.

- O estoque do **Carf** é grande porque o nosso sistema tributário é confuso e controverso. Tem discussão sobre todos os tipos de **tributos**. Talvez esse estoque de R\$ 1 trilhão revele uma consequência da bagunça que é o sistema tributário brasileiro - afirma Luiz Romano, do Pinheiro Neto advogados.

Sem reforma, sistema segue complexo e caro

Apontada por especialistas como fundamental para reduzir custos, simplificar, facilitar e melhorar a cobrança de **impostos**, a **reforma tributária** é tentada por diferentes governos há décadas, mas não há avanços concretos no modelo brasileiro.

Essa situação leva a distorções, aumento de gastos para empresas e gera uma montanha de disputas com Fiscos de União, estados e municípios - disputas que também param na Justiça.

O dado mais recente do Banco Mundial, de 2021, aponta que as empresas brasileiras gastam entre 1.483 e 1.501 horas por ano para preparar, declarar e pagar **impostos**, mais do que em qualquer outro país do mundo. A **Receita Federal** contesta esses dados e diz serem necessárias 474 horas para cumprir o pagamento de **tributos** no país todos os anos.

Mesmo se for considerado o dado da Receita, o país estaria na 151ª colocação neste ponto no relatório do Banco Mundial.

A gestão Jair Bolsonaro tentou emplacar uma reforma fatiada, inicialmente com dois projetos de lei. Nenhuma das propostas, porém, foi aprovada pelo Congresso, em meio a uma disputa sobre o tema. Tanto a Câmara dos Deputados como o Senado Federal defenderam projetos próprios de reforma, com diferentes nuances.

A parte principal das reformas é a unificação dos **impostos**. Mas entrar em um acordo sobre como ela será feita é tão complexo quanto o próprio sistema tributário brasileiro. O Brasil tem, pelo menos, cinco **tributos** embutidos nos preços de bens e serviços. Só o ICMS, estadual, tem 27 formatos diferentes, um para cada estado.

A classificação é outro problema recorrente. É perfume ou água de colônia? A alíquota da fórmula concentrada é 42%. Já a da fragrância mais leve, de 12%.

Na semana passada, por exemplo, o **Carf** discutiu se a instalação de sistemas de ar-condicionado central é obra de construção civil ou serviço - uma diferença e tanto em termos de **impostos**. Um serviço está sujeito ao recolhimento de 32% das suas receitas para fins da base de cálculo do IRPJ. Já em uma obra de construção civil, esse percentual cai para 8%.

Esse nó de tantas informações e cobranças dificulta a vida e o caixa das empresas, além de facilitar erros. Segundo a Endeavor, 86% das empresas brasileiras apresentam algum tipo de irregularidade no pagamento de seus **tributos**. Essas lacunas muitas vezes são por desconhecimento das muitas regras. Mesmo assim, podem gerar multas e despesas altas.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2022/08/carf-tribunal-da-receita-tem-volume-historico-de-mais-de-r-1-trilhao-em-processos-tributarios-sem-julgamento.ghtml>

PGFN dificulta uso de prejuízo fiscal em acordos

Bárbara Pombo e Beatriz Olivon De São Paulo e Brasília

Veja a matéria no site de origem:

http://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187290

Site:

http://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187290

Corrida contra o tempo para aderir à Funpresp

Iluminada de lils, Caixa entra na campanha contra a violência à mulher

Meireles Junior/CB/DA Press



A Caixa juntou-se, ontem, ao Agosto Lilás, cujo objetivo é mobilizar a sociedade para a violência contra a mulher. Ao longo do mês, a sede do banco se iluminará com as cores da campanha. A instituição também abriu o programa #CaixaPrezadas, que oferecerá produtos e serviços àquelas que têm o próprio negócio, trabalham em casa ou em pequenas empresas, ou busquem a independência financeira. Trata-se de uma iniciativa da gestão da presidente Daniella Marques, que, ao assumir o cargo, reforçou o compromisso de intensificar o combate ao assédio sexual dentro da instituição, de estimular o empreendedorismo feminino e de alinhar a Caixa às políticas contra a violência doméstica.

rosana hessel

Uma nova janela para os servidores migrarem do Regime Próprio de **Previdência Social** (RPPS) para o Regime de **Previdência Complementar** (RPC) está aberta desde maio e se fecha em 30 de novembro.

Quem entrou antes da penúltima reforma previdenciária, de 2013, precisa ficar atento, fazer as contas e comparar os dois regimes para ver se vale a pena realizar a troca.

O número de pessoas que podem ter alguma vantagem é considerável, de acordo com Cristiano Heckert, presidente da Fundação de **Previdência Complementar** do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp-Exe). Levantamento feito pela entidade, com base no contingente de pouco mais de 290 mil servidores do Executivo em condições de migrar, detectou que aproximadamente 100 mil pessoas sairiam ganhando.

"Esse é (número) o mínimo, mas pode ser que o volume (de pessoas) seja maior", afirma.

Heckert defende que os servidores façam as contas para comparar os dois regimes. Segundo ele, o funcionário público que aderir à Funpresp - que administra o fundo de **previdência complementar** dos servidores do Executivo e do Legislativo -, quando se aposentar receberá o benefício de três fontes.

A primeira será o RPPS, pois a pessoa continuará contribuindo com 11% a 22% do salário - dependendo do rendimento - para receber o teto do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), de R\$ 7.087,22. A segunda é a Funpresp, que pagará a aposentadoria

complementar referente ao montante aplicado pelo servidor e pela União. Para cada real do trabalhador no fundo, o governo federal deposita o mesmo valor, limitado a 8,5% da diferença entre o teto do **INSS** e o salário do funcionário público.

A terceira fonte será o Tesouro Nacional, que pagará o Benefício Especial - bônus calculado sobre o valor contribuído, multiplicado por um fator que conta o tempo de contribuição ao RPPS sobre o prazo mínimo para a aposentadoria, que passou de 35 (homens) e de 30 (mulheres) para 40 anos, para ambos os sexos, na reforma de 2019. O montante será corrigido pela **inflação** a partir da migração, que pode fazer diferença conforme for o tempo de contribuição.

Criada em 2013, a Funpresp agrega, hoje, 92 mil servidores e paga 277 benefícios. O novo prazo para a mudança de regime expira 30 de novembro, segundo a Medida Provisória 1.119/22, publicada em 26 de maio no Diário Oficial da União (DOU). Heckert adverte que a MP caduca em 5 de outubro, se não for votada antes do primeiro turno das eleições, em 2 outubro.

Armadilhas

Especialistas dizem que o texto da medida provisória tem várias armadilhas, mas reconhecem que cada servidor precisa ver se é vantajoso mudar de regime.

O presidente da Funpresp disse que trabalha para que a MP entre na lista das propostas a serem votadas na segunda semana de esforço concentrado do Congresso, no fim do mês.

"O texto precisa ser aperfeiçoado pelo Congresso para preservar o direito proporcional ao tempo de contribuição e a média de 80% da regra anterior a reforma da Previdência de 2019, de maneira a manter mais justo o cálculo do benefício especial", avalia o economista Ricardo Pena, ex-presidente da Funpresp. "A decisão de migrar deve levar em conta a idade e o tempo de contribuição remanescente até a aposentadoria. Dessa forma, seria possível comparar o ganho no salário líquido presente vis-à-vis à perda/ganho no valor da aposentadoria futura", acrescenta.

Mauro Silva, presidente da Unafisco Nacional, salienta

que para quem tem muito tempo para se aposentar, é vantajoso. "Como há congelamento do salário dos servidores, quem tem integralidade vê que o vencimento está defasado. Isso pesa a favor da migração", frisa.

Heckert reconhece que as condições atuais para a troca de regime previdenciário são menos vantajosas do que as oferecidas para quem aderiu no começo - como ele fez. Desde a publicação da medida provisória, foram apenas 780 migrações. "Essa janela se abriu por conta da reforma da Previdência de 2019, mas o importante é pensar no histórico do que aconteceu nas outras reformas. A tendência é as condições ficarem cada vez mais rígidas para o servidor público", afirma.

O presidente da Funpresp alerta para os riscos de quem continuar no Regime Próprio de **Previdência Social**, pois o volume de ativos - que são os que contribuem e pagam os benefícios para os aposentados - está diminuindo.

"O número de inativos e pensionistas já é maior do que o dos servidores ativos. Isso vai tornar o atual sistema previdenciário inviável no futuro", afirma.

» **Inflação** oficial com viés de baixa

O mercado financeiro reduziu a projeção do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 2022, passando de 7,3% para 7,15%.

Entretanto, de acordo com o Boletim Focus, divulgado ontem pelo Banco Central, o cenário esperado para 2023 é de um salto da **inflação** oficial de 5,30% para 5,33%. O documento projeta, ainda, que o Produto Interno Bruto (**PIB**) cresça 1,97% este ano, bem próximo do esperado pela equipe econômica do governo - na semana anterior, a estimativa era de 1,93%. Para 2023, o cálculo para o **PIB** caiu de 0,49% para 0,40% e, em relação à **inflação** oficial, a previsão mostra que o cenário é de avanço de 5,30% para 5,33%. Especialistas avaliam que o segundo semestre deve ver uma desaceleração do crescimento por causa dos efeitos prolongados do aperto monetário.

Janela aberta

Reforma da Previdência abriu a quarta chance para os servidores migrarem para o Regime de Previdência Complementar. Mas é preciso fazer contas, pois técnicos estimam que troca é vantajosa para apenas aproximadamente 100 mil funcionários públicos



Prazos

Oficialmente, o prazo para migração, previsto na Medida Provisória 1.119/22, **vai até 30 de novembro**. Mas a janela pode fechar antes, em **5 de outubro**, quando a MP deve caducar, se não for votada pelo Congresso.



Quem pode migrar?

Servidor público federal que entrou antes de 4/2/2013 (Poder Executivo) e 7/5/2013 (Poder Legislativo) e não migrou nas oportunidades anteriores. Quem entrou depois dessas datas, já está no Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e também no RPC.



O que é migrar?

É trocar as regras da sua aposentadoria, que deixa de ser regida apenas pelo **RPPS**, e passa a ser uma combinação do **RPC com o RPPS** (até o teto do INSS, hoje em R\$ 7.087,22). Mas não basta migrar. É preciso, também, aderir à Funpresp, quando o servidor deposita, mensalmente, um valor em uma conta individual administrada pela Fundação.

Na Funpresp, criada em 2013 com a penúltima Reforma da Previdência — a última foi em 2019 —, o investimento dobra todos os meses. Isso porque se a remuneração exceder o teto do INSS, para cada R\$ 1,00 depositado pela pessoa, o órgão onde ela trabalha também contribui com R\$ 1,00.

O servidor poderá resgatar 100% da parte a que faz jus no ato da aposentadoria ou optar por receber um benefício mensal (e acumular com o Benefício Especial – bônus calculado de acordo com os valores contribuídos ao RPPS – e a aposentadoria paga pelo RPPS). **Mais informações no site:**

<https://www.funpresp.com.br/migracao-do-rpps-para-o-rpc/janela2022/>



Funpresp em números

Dados de Jun22

92,5 mil

participantes ativos

R\$ 5,6

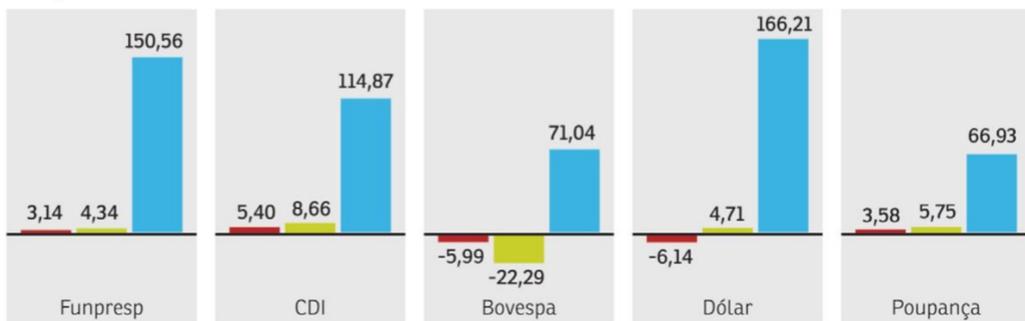
bilhões

patrimônio do fundo

Fonte: Funpresp

Comparativo de rentabilidade

■ 2022 ■ 12 meses ■ Desde Fev13



Julgamento da Lei de Improbidade interessa a políticos e até a policiais



Sessão de abertura do segundo semestre do Poder Judiciário no Supremo Tribunal Federal. Nelson Neri/Direção STF

José Marques Brasília

A possibilidade de aplicação retroativa da nova Lei de Improbidade pelo STF (Supremo Tribunal Federal) interessa não só a políticos que manifestaram intenção de concorrer às eleições deste ano, mas também a dezenas de agentes e **servidores públicos** acusados de atuação irregular nas últimas décadas.

O caso está pautado para esta quarta-feira (3) e é uma das prioridades da corte após a volta do recesso do Judiciário.

Na nova lei de improbidade foi eliminada a sanção por irregularidades "culposas" e agora será preciso comprovar que houve dolo -ou seja, quando há intenção ou se assume o risco de cometer o ilícito. Além disso, os prazos de prescrição da nova lei para itens como perda da função pública e de direitos políticos são mais curtos.

Caso haja a retroatividade, a mudança beneficiará, por exemplo, os ex-governadores José Roberto Arruda (PL-DF) e Anthony Garotinho (União-RJ), e também do ex-prefeito do Rio César Maia (PSDB), vice na chapa de Marcelo Freixo (PSB) ao governo fluminense.

O trio obteve liminares (decisões provisórias urgentes) recentes do presidente do STJ (Superior Tribunal de Justiça), Humberto Martins, para que seus processos sejam suspensos. A decisão a favor de Arruda, porém, foi revogada por outro ministro após o retomo do recesso de julho.

O ministro Gurgel de Faria, ao revogar a suspensão, afirmou que já havia negado em junho um pedido de

Arruda e que ele fez novas solicitações idênticas às já analisadas. Ele é o relator do caso.

As demais suspensões devem ser derrubadas se o STF considere que a aplicação da nova lei, mais benéfica, não é válida antes de sua sanção, em 2021, e não pode retroagir. Ainda assim, há possibilidade de que os políticos peçam à Justiça Eleitoral para se candidatar.

Dos três, quem terá mais dificuldade de se candidatar sem ser barrado será Garotinho, já foi condenado em ação eleitoral pelo TRE-RJ (Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro), sob acusação de compra de votos.

O advogado de Garotinho, Rafael Faria, afirma que não acredita no término do julgamento no dia 3, devido à complexidade do assunto. Para ele, o STF decidirá pela retroatividade. Ele aponta a possibilidade de um pedido de vista (mais tempo para análise) de um dos ministros.

Afirma, ainda, que seu cliente tem recorrido da decisão da Justiça Eleitoral.

Há outras ações de improbidade que tramitam em cortes superiores relativas a políticos de expressão, como o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL).

No STF, o julgamento do tema incidirá diretamente sobre um recurso do ex-ministro Antônio Carlos Rodrigues (PDSP) relativo a um caso de contratação de terceirizados em 1992, pela EMTU (Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo).

No mérito, o ex-ministro já teve decisão positiva e a Justiça de São Paulo rejeitou o caso por não ver irregularidades.

Mas o grande impacto que o julgamento pode ter é sobre casos menos célebres, que envolvem prefeitos e ex-prefeitos, chefes de secretarias e funcionários públicos.

O tema foi assunto tanto de deputados como de senadores em reuniões com o presidente do Supremo, Luiz Fux, com cobranças para que fosse pautado com celeridade.

Aguarda a decisão do STF, por exemplo, o processo de um policial do Rio Grande do Sul que em 2006 doou a um empresário 3.000 litros de combustível apreendidos em operações de fronteira.

Também está na lista o caso de uma funcionária acusada de preencher em 2017 notas fiscais de serviços não prestados em Valparaíso (SP) e o de um prefeito de Rio Doce (MG) afastado do cargo que continuou em 2008 a atuar como se estivesse no cargo.

O tema pautado para julgamento no plenário do Supremo é de repercussão geral, o que significa que sua decisão incidirá em outros processos similares pelo país.

Esses processos, como o do policial, do ex-prefeito e o da funcionária, estão paralisados à espera da decisão do Supremo a respeito do entendimento sobre improbidade.

Todos eles negam, nos autos, terem cometido qualquer irregularidade ou dano aos cofres públicos. O ex-prefeito alega, por exemplo, que não havia sido formalmente afastado do cargo.

O caso que será decidido no STF e servirá como referência para as outras ações foge de polêmicas com figurões da política ou de situação grave de rombo aos cofres públicos.

Trata de uma advogada, Rosmery Cordova, que firmou um contrato com o **INSS** em 1994 e é acusada de lesar o erário por ter "adotado uma conduta negligente" na sua atuação, ao perder prazos de "contestar, embargar, apelar e promover andamento de execuções fiscais etc".

Ela teria, segundo a ação apresentada, viajado em 1998 sem ter **comunicado** previamente ou providenciado substituto para continuar atendendo em um processo de sua responsabilidade. Cordova atuou para o **INSS** até o ano de 1999 e foi acusada de improbidade pelo Ministério Público em 2006.

Procurado, seu advogado, Francisco Zardo, afirma que sua cliente "atendeu a todos os casos com dedicação e não houve negligência, prejuízo ao erário e muito menos ato de improbidade, que pressupõe uma conduta desonesta".

"Ela atuou em milhares de casos e pinçaram dois ou três processos", afirma Zardo. Sobre o episódio da viagem, o advogado afirma que Cordova comunicou ao **INSS** e que não houve prejuízo ao erário.

"Os fatos ocorreram há mais de 25 anos. A ação

tramita há 16 anos. Confiamos no término desta acusação injusta e sem fim", afirma.

Ao Supremo, a PGR (Procuradoria-Geral da República) já se manifestou de forma contrária à retroatividade da nova lei de improbidade administrativa.

O principal argumento é que, caso isso aconteça, haveria "anistia transversa" a atos de improbidade que já foram alvo de ações pelo estado. Seria, segundo o procurador-geral da República, Augusto Aras, "retrocesso no tocante ao cabedal protetivo representado pela Constituição Federal e pelos tratados internacionais".

Procurado, o advogado de Arruda, Paulo Emílio Catta Preta, diz que não irá se manifestar até o julgamento. A assessoria de César Maia diz que irá aguardar a decisão do Supremo. Antônio Carlos Rodrigues afirma que não cometeu qualquer irregularidade e que a Justiça deu decisão favorável a ele.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49991>

Migração de regime de aposentadoria pode ser vantajoso para 100 mil, diz Funpresp

Rosana Hessel

Uma nova janela para os servidores migrarem do Regime Próprio de **Previdência Social** (RPPS) para o Regime de **Previdência Complementar** (RPC) está aberta desde maio e se fecha em 30 de novembro. Quem entrou antes da penúltima reforma previdenciária, de 2013, precisa ficar atento, fazer as contas e comparar os dois regimes para ver se vale a pena realizar a troca.

O número de pessoas que podem ter alguma vantagem é considerável, de acordo com Cristiano Heckert, presidente da Fundação de **Previdência Complementar** do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp-Exe). Levantamento feito pela entidade, com base no contingente de pouco mais de 290 mil servidores do Executivo em condições de migrar, detectou que aproximadamente 100 mil pessoas sairiam ganhando. Esse é (número) o mínimo, mas pode ser que o volume (de pessoas) seja maior, afirma.

Heckert defende que os servidores façam as contas para comparar os dois regimes. Segundo ele, o funcionário público que aderir à Funpresp - que administra o fundo de **previdência complementar** dos servidores do Executivo e do Legislativo -, quando se aposentar receberá o benefício de três fontes.

A primeira será o RPPS, pois a pessoa continuará contribuindo com 11% a 22% do salário - dependendo do rendimento - para receber o teto do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), de R\$ 7.087,22. A segunda é a Funpresp, que pagará a aposentadoria complementar referente ao montante aplicado pelo servidor e pela União. Para cada real do trabalhador no fundo, o governo federal deposita o mesmo valor, limitado a 8,5% da diferença entre o teto do **INSS** e o salário do funcionário público.

A terceira fonte será o Tesouro Nacional, que pagará o Benefício Especial - bônus calculado sobre o valor contribuído, multiplicado por um fator que conta o tempo de contribuição ao RPPS sobre o prazo mínimo para a aposentadoria, que passou de 35 (homens) e de 30 (mulheres) para 40 anos, para ambos os sexos, na reforma de 2019. O montante será corrigido pela **inflação** a partir da migração, que pode fazer diferença conforme for o tempo de contribuição.

Criada em 2013, a Funpresp agrega, hoje, 92 mil servidores e paga 277 benefícios. O novo prazo para a mudança de regime expira 30 de novembro, segundo a Medida Provisória 1.119/22, publicada em 26 de maio no Diário Oficial da União (DOU). Heckert adverte que a MP caduca em 5 de outubro, se não for votada antes do primeiro turno das eleições, em 2 outubro.

Armadilhas

Especialistas dizem que o texto da medida provisória tem várias armadilhas, mas reconhecem que cada servidor precisa ver se é vantajoso mudar de regime. O presidente da Funpresp disse que trabalha para que a MP entre na lista das propostas a serem votadas na segunda semana de esforço concentrado do Congresso, no fim do mês.

O texto precisa ser aperfeiçoado pelo Congresso para preservar o direito proporcional ao tempo de contribuição e a média de 80% da regra anterior a reforma da Previdência de 2019, de maneira a manter mais justo o cálculo do benefício especial, avalia o economista Ricardo Pena, ex-presidente da Funpresp. A decisão de migrar deve levar em conta a idade e o tempo de contribuição remanescente até a aposentadoria. Dessa forma, seria possível comparar o ganho no salário líquido presente vis-à-vis à perda/ganho no valor da aposentadoria futura, acrescenta.

Mauro Silva, presidente da Unafisco Nacional, salienta que para quem tem muito tempo para se aposentar, é vantajoso. Como há congelamento do salário dos servidores, quem tem integralidade vê que o vencimento está defasado. Isso pesa a favor da migração, frisa.

Heckert reconhece que as condições atuais para a troca de regime previdenciário são menos vantajosas do que as oferecidas para quem aderiu no começo - como ele fez. Desde a publicação da medida provisória, foram apenas 780 migrações. Essa janela se abriu por conta da reforma da Previdência de 2019, mas o importante é pensar no histórico do que aconteceu nas outras reformas. A tendência é as condições ficarem cada vez mais rígidas para o servidor público, afirma.

O presidente da Funpresp alerta para os riscos de quem continuar no Regime Próprio de **Previdência Social**, pois o volume de ativos - que são os que contribuem e pagam os benefícios para os aposentados - está diminuindo. O número de inativos e pensionistas já é maior do que o dos servidores ativos. Isso vai tornar o atual sistema previdenciário inviável no futuro , afirma.

Site:

<http://www.correiobraziliense.com.br/economia/2022/08/5026206-migracao-de-regime-de-aposentadoria-pode-ser-vantajoso-para-100-mil-diz-funpresp.html>

Quem tem sequela da covid ganha benefícios do INSS e pode até se aposentar

Do UOL, em São Paulo

Os trabalhadores que pegaram covid-19 e ficaram com sequelas - temporárias ou permanentes - têm direito a benefícios previdenciários pagos pelo **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social). As regras valem para todos os segurados que contribuem para a **Previdência Social**, independentemente do número de pagamentos mensais já feitos. (Veja requisitos mais abaixo)

Há quatro benefícios possíveis, a depender do caso de cada trabalhador: auxílio por incapacidade temporária (antigo auxílio-doença); aposentadoria por incapacidade permanente (aposentadoria por invalidez); auxílio-acidente; pensão por morte.

Confira as regras e, ao final, o passo a passo para pedir cada um deles:

Antes chamado de auxílio-doença , o auxílio por incapacidade temporária é um benefício pago pelo **INSS** aos segurados que comprovem, por meio de perícia, que estão impedidos de trabalhar - ao menos por um tempo - devido a alguma doença ou acidente.

Caso o tempo de espera para a perícia passe de 30 dias, o exame é dispensado, e o benefício pode ser concedido a partir da análise de documentos apresentados pelo trabalhador.

Apesar de a maior parte das pessoas com covid-19 apresentar sintomas leves, especialmente se já estão vacinadas, uma pequena parcela dos infectados acaba tendo alterações no funcionamento de diferentes órgãos, como os pulmões . Por isso, a depender do grau do dano e da natureza do trabalho, a doença pode afetar a capacidade de um segurado de exercer sua função.

Nestes casos, ele tem direito de receber o auxílio por incapacidade temporária se:

Normalmente é exigida uma carência de 12 meses (ou seja, 12 contribuições mensais para a Previdência) para que um segurado possa receber o auxílio. Mas essa regra não se aplica à covid-19, que desde 2020 é considerada uma doença relacionada ao trabalho .

A aposentadoria por incapacidade permanente (antiga

aposentadoria por invalidez) é paga ao trabalhador que não pode mais exercer qualquer atividade, nem em outra profissão, de acordo com a avaliação da perícia médica do **INSS**.

Ainda que a incapacidade seja permanente, como o próprio nome do benefício indica, o segurado pode ser reavaliado pelo **INSS** periodicamente. Caso haja uma melhora ou uma recuperação na condição daquele trabalhador, o benefício será suspenso.

Para chegar à aposentadoria, o segurado deve primeiro pedir o auxílio-doença (ver tópico acima). Depois, a perícia médica vai avaliar se a eventual sequela deixada pela covid-19 causou uma incapacidade temporária ou permanente àquele trabalhador. Apenas no segundo caso será indicada a aposentadoria por invalidez.

Segundo o **INSS**, o benefício é pago enquanto persistir a invalidez, e o segurado pode ser reavaliado a cada dois anos .

O auxílio-acidente, por sua vez, é um benefício pago àqueles que ficaram com sequelas definitivas que diminuem sua capacidade para o trabalho.

Alguns pacientes de covid-19 têm lesões nos pulmões que acabam dificultando a respiração, por exemplo. Dependendo do grau do dano, a perícia do **INSS** pode avaliá-lo como um obstáculo a mais para a função que aquela pessoa exercia anteriormente. Nestes casos, o auxílio-acidente será liberado.

A diferença entre o auxílio-acidente e o auxílio-doença é que o primeiro é uma indenização paga pelo **INSS**. Além disso, quem recebe o auxílio-acidente pode continuar trabalhando, enquanto os segurados que recebem auxílio-doença estão, necessariamente, afastados de suas atividades.

Familiares de vítimas da covid-19 ainda podem ter direito de receber a pensão por morte . O benefício é pago aos dependentes do segurado - trabalhador ou aposentado - que morrer ou, em caso de desaparecimento, for declarado morto pela Justiça.

Para que sua família tenha direito à pensão, o segurado deve, na data da morte, estar contribuindo para a Previdência.

Dependendo do grau de parentesco, não é necessário comprovar dependência econômica da vítima da covid-19. É o caso dos cônjuges/companheiros (união estável), filhos menores de 21 anos e filhos com deficiência de qualquer idade: basta provar a relação com o segurado para receber o benefício.

Pais e irmãos, em contrapartida, precisam comprovar ao **INSS** que dependiam da renda do segurado que morreu para receber a pensão por morte.

A duração da pensão varia de acordo com a idade e o tipo de beneficiário. Para cônjuges e companheiros, o benefício será pago por quatro meses se o casamento/união estável tiver início menos de dois anos antes da data da morte. Nos demais casos, a duração será de:

Para os filhos ou irmãos da vítima que comprovarem o direito de receber, o benefício será pago até os 21 anos, salvo em caso de deficiência adquirida antes disso.

O processo de solicitação de qualquer um desses auxílios pode ser feito pelo celular, pela internet ou por telefone. Veja como:

Aplicativo e site Meu **INSS**

Telefone

Ligando para o número 135, basta seguir as instruções e escolher o tipo de solicitação que pretende fazer. O serviço está disponível de segunda a sábado, das 7h às 22h (de Brasília). Dependendo do horário, é provável que o atendimento seja mais demorado.

Os documentos necessários para cada tipo de pedido, bem como o andamento da solicitação, também estão disponíveis no app , no site e no 135.

Site:

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2022/08/02/trabalhador-com-sequelas-da-covid-19-pode-receber-beneficio-do-inss-veja.htm>

Guia indica a servidores evitar uso de termos preconceituosos



Eliane Jocelaine Pereira, secretária de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas de Campinas Carlos Bassan/Prefeitura de Campinas

Tatiana Cavalcanti

No ambiente de trabalho, um homem chama uma colega de "gordona". Ela fica magoada, ofende-se, e isso o faz refletir sobre sua atitude preconceituosa. Constrangido com o próprio ato, ele reconhece que errou e se retrata com ela. Hoje, eles convivem harmoniosamente.

Essa situação aconteceu em um dos órgãos da Prefeitura de Campinas, no interior de São Paulo. Para evitar situações parecidas, o município lançou neste mês o "Guia de Terminologia sobre Políticas Afirmativas" para nortear o atendimento de seus servidores aos cidadãos campineiros e até para que a relação entre os funcionários públicos seja mais igualitária.

Virtual, o guia tem a pretensão de ser didático e fácil de compreender. Termos que devem ser evitados - como "cabelo ruim", "escravo", "criado mudo", "fazer nas coxas", "ceguinho", "bichona/viado", "sapatão", "índio", "hermafrodita", "macumbeiro" e "mãe solteira", entre outros-, ganham sinalização em vermelho.

Destacadas em azul aparecem as sugestões de expressões a serem usadas no lugar das palavras pejorativas, como escravizado, mesa de cabeceira, mal feito, deficiente visual, gay, lésbica, indígena e mãe solo.

"O guia está sendo divulgado em todos os serviços de atendimento ao público da prefeitura. O objetivo é que o servidor tenha uma prestação de serviço mais acolhedora e correta", afirma Eliane Jocelaine Pereira, à frente da Secretaria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas da Prefeitura de Campinas.

A secretária cita outros termos pejorativos que entraram no guia após sugestão de servidores: "crioulo", "mulato" (prefira pardo ou mestiço) e "João sem braço", por exemplo.

"Buscamos fazer um retrato da administração pública. Então, decidimos que era uma boa iniciativa promover atividades de equidade no serviço público aos servidores que pertencem a segmentos negros, indígenas, pessoas com deficiência, LGBTQIA+ e idosos", afirma Eliane.

Há ainda no guia explicações de conceitos como diversidade, homofobia, discriminação racial, capacitismo, etarismo e direito reprodutivo.

A ideia de criar um manual de referência surgiu quando funcionários públicos municipais identificaram que havia uma linguagem inadequada e preconceituosa sendo usada em documentos, como relatórios, e apresentações.

Eram termos como "retardado", "doente mental" e "deficiente", de acordo com a analista de gestão de pessoas Milena Ranzini, 42, que fez parte do grupo intersetorial que desenvolveu o manuscrito.

"O guia passa a ser um local de referência para saber a linguagem adequada que os funcionários públicos devem usar. Já que muitas pessoas não tinham conhecimento de quais termos eram ou não corretos", afirma Milena.

A analista lembra, ainda, que atualmente não se usa mais o termo "deficiente", e sim pessoa com deficiência. Tampouco se deve falar, segundo ela, "louco" ou "doido", mas sim pessoa com transtorno mental.

Milena admite que, em uma reunião recente, ao tentar dizer que não havia alguém disponível para cumprir uma tarefa, disse que estavam "sem braço".

"Um funcionário já chamou a atenção e lembrou que esse termo constava no manual, em capacitismo. Sinal que o guia está funcionando. Estamos todos aprendendo juntos", relata Milena.

Funcionário público da Coordenadoria Setorial de Benefícios Sociais de Campinas, Cléber Nogueira Rodrigues, 42, também contribuiu para o guia antes de seu lançamento, ao sugerir termos raciais e homofóbicos.

Para ele, as políticas afirmativas são importantes. "Elas nos ensinam a ser mais inclusivos. Muitas vezes as pessoas usam termos equivocados por falta de conhecimento. É uma oportunidade de reparar as desigualdades sociais e raciais da nossa sociedade."

O guia tem tido efeito sobre os servidores na rotina de trabalho. Alguns têm até levado os novos ensinamentos para fora do ambiente institucional.

"Um dos servidores mostrou o guia para o pai, que logo notou que faltava a palavra "judiação", que tem uma conotação preconceituosa com os judeus. Outra expressão que pedimos para evitar são aquelas que reforçam os maus tratos aos animais, como "matar dois coelhos com uma cajadada só" ou "apanhou como um cachorro", relata Milena.

Esse guia busca validar a mudança de comportamento em relação à diversidade, para a terapeuta ocupacional Juliana Assunção dos Santos, 43. "Estamos aqui justamente para conviver com o diferente. Isso é inclusão."

Foi ela quem sugeriu que os termos "louco" e "doido" constassem no manual. "São pejorativos para se referir a pessoas que, na verdade, têm um transtorno mental. Assim como falar que alguém é retardado ou débil mental, é preciso parar com isso, com todos esses termos preconceituosos."

A leitura do manual não é obrigatória. "Precisamos socializar a questão da equidade na administração. Quanto mais debatermos as mudanças de comportamento, mais fácil vai ser exigir a atualização. Obrigar a leitura sem mudar o comportamento não muda a cultura", relata a secretária.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=499>

91

Rápida retomada do mercado de trabalho não é sustentável (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187290?page=8§ion=2

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187290?page=8§ion=2

Bombas no caminho do próximo governo (Editorial)



Baixo crescimento econômico e alta dívida pública estão no horizonte brasileiro há muitos anos, mas o futuro pode ser mais sombrio com a herança deixada pelo atual governo.

O Tesouro Nacional poderá enfrentar em 2023 um aumento de R\$ 63 bilhões no custo de sua dívida e uma perda de recursos de R\$ 178,2 bilhões, segundo cálculos de economistas do mercado. Empenhados em conquistar ganhos eleitorais, o presidente Jair Bolsonaro, ministros e parlamentares aumentam gastos, cortam **impostos** e criam enorme desarranjo fiscal para a União, os Estados e os municípios. Somados os três níveis de governo, o corte de receita poderá atingir R\$ 281,4 bilhões, de acordo com projeções de especialistas. O próximo governo enfrentará economia estagnada, maiores gastos, juros maiores, **inflação** ainda elevada e compromissos inflados com medidas eleitoreiras.

Economistas do Fundo Monetário Internacional (FMI), de outras organizações multilaterais e também do mercado identificaram há muito tempo o escasso potencial produtivo do Brasil, sua rigidez fiscal e seu elevado endividamento público. Previsões de médio e de longo prazos dificilmente incluem taxas anuais de

crescimento superiores a 2%. Maior dinamismo só será possível com mais investimentos em capital fixo - máquinas, equipamentos, infraestrutura e outras obras - e em formação de capital humano.

O País tem feito muito menos que o necessário em todas essas frentes.

Para fazer mais, precisará de mais poupança, interna e externa, de melhores padrões de gestão pública e de um retorno duradouro às práticas de planejamento.

Como as contas oficiais são muito rígidas e sobra pouco dinheiro para investimento, principalmente em nível federal, o governo da União precisará reativar as parcerias público-privadas.

Isso dependerá de uma administração muito mais competente que a dos últimos anos. Dependerá, também, de maior confiança na gestão das contas públicas e na condução de projetos.

Contas públicas mais confiáveis serão essenciais para a redução dos juros e, portanto, para a mobilização de capitais privados para projetos de desenvolvimento.

Nenhum cenário tão luminoso é perceptível, nos próximos anos, a partir das condições atuais. Com o desarranjo fiscal deixado pelo atual governo, o poder federal terá muita dificuldade para administrar suas contas, conter o endividamento e investir em áreas estratégicas como educação, saúde, ciência e tecnologia. Também será complicada a mobilização de capital privado para obras de infraestrutura, se o quadro geral permanecer incerto e os juros continuarem muito altos.

Algum ganho econômico e fiscal ocorrerá, muito provavelmente, se o novo governo, como é natural esperar, for melhor que o do presidente Bolsonaro.

Mas seu espaço de manobra será com certeza limitado pela herança encontrada a partir de 1.º de janeiro. Pelas últimas estimativas do mercado, o primeiro ano será muito difícil e alguns obstáculos, como juros altos, estarão presentes pelo menos até 2025.

A **inflação** no próximo ano ainda ficará em 5,33%, segundo a mediana das projeções colhidas pelo

Banco Central na pesquisa Focus. Nesse caso, o teto da meta, fixado em 5%, será superado pelo terceiro ano consecutivo. A taxa básica de juros, a Selic, estará em 11% no fim de 2023 e em 8% no encerramento de 2024, muito alta, muito custosa para o Tesouro e muito inconveniente para o consumo, a produção e o investimento em capacidade produtiva.

Até lá se terá completado metade do mandato do novo presidente.

A mediana das estimativas do mercado aponta para o Produto Interno Bruto (**PIB**), segundo a pesquisa, expansão de apenas 0,40% em 2023, 1,70% em 2024 e 2% em 2025. Com esse crescimento muito vagaroso, **inflação** ainda alta e juros elevados, a modernização do sistema produtivo será difícil e a criação dos empregos necessários, muito improvável. Isso compõe boa parte da herança prevista, por enquanto, para o próximo presidente. Resta, de toda forma, a expectativa de encerramento, em 31 de dezembro, de quatro anos excepcionalmente ruins.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

O custo de governar o Brasil aumentou (Artigo)

Luiz Maciel

O Brasil vive ares de crise institucional, seja pela atitude de embate do atual presidente da República com os demais Poderes, seja pela intervenção do Judiciário em atribuições do Executivo e do Legislativo.

Sem entrar em juízo de valor, temos um problema de atribuição de poderes e respeito às regras constitucionais. Contudo, acredito que tenhamos outra fonte de ruído político que eleva a incerteza e a instabilidade político-econômica: independentemente de quem seja o presidente, o custo de governar o Brasil aumentou.

No presidencialismo, o Executivo tem os instrumentos para liderar e construir uma maioria partidária com o Congresso.

Com efeito, o Executivo compartilha seu poder de governar com partidos políticos (cede ministérios, nomeia cargos e divide recursos orçamentários), além de utilizar sua capacidade de interferir na agenda legislativa por meio da edição de medidas provisórias (MPs) e de seu poder de veto, com o objetivo de coordenar e incentivar os políticos a votarem de acordo com a sua agenda.

Nos últimos 20 anos, vimos uma proliferação de partidos políticos que levou a um aumento do custo de coordenação da coalizão.

De maneira simples, o governo passou a ter de negociar com mais líderes partidários para conseguir governar. Neste caso, a solução foi aumentar os cargos disponíveis (isto é, elevar o tamanho do Estado, lotear estatais, aumentar os gastos públicos e atender grupos de interesse), sem a contrapartida de entregar um melhor serviço público para a população.

Quando se tem dinheiro, é fácil de contemplar os "donos do Orçamento".

O bônus com o boom dos preços das commodities, na primeira década de 2000, financiou esse modo de governabilidade.

Conforme muito bem descrito por Marcos Mendes (Emendas parlamentares e controle do orçamento pelo

Legislativo: uma comparação do Brasil com países da OCDE), em 2015 e 2019 foram feitas mudanças que enfraqueceram mais o Executivo.

A primeira foi tornar obrigatórias as emendas parlamentares com elevação de cota mínima na Constituição. Em segundo lugar, foram criadas as emendas de relator, que deram o poder de orçamento - definição de valor e aplicação de recursos - ao relator do Orçamento, que é atualmente indicado pelo presidente do Congresso.

Ou seja, o Executivo é obrigado a dar mais recursos ao Legislativo, independentemente da coalizão, e quem define para onde vão os recursos não é mais o presidente da República, mas sim o Parlamento. Neste momento, o Congresso discute, dentro do Orçamento 2023, elevar novamente o montante das emendas de relator e torná-las de execução obrigatória. Falando em bom português, se essa proposta avançar, "as emendas do Congresso" se tornarão o maior ministério de despesas discricionárias do Brasil, com mais de R\$ 40 bilhões sob seu comando e imune a cortes do Executivo.

Além do aumento do custo de coalizão pelas vias orçamentárias, o Congresso e o Supremo Tribunal Federal (STF) enfraqueceram os mecanismos das medidas provisórias. Antes, era um instrumento de total controle do Executivo, que podia criar e editar MPs como quisesse, independentemente do Congresso.

Se este não votasse as MPs, a pauta era trancada e o Legislativo não conseguia tocar sua agenda. Após modificações legais em 2019, o poder de veto do Congresso aumentou e o prazo de trancamento de pauta foi alongado, de forma que os parlamentares conseguem se organizar para derrubar MPs vindas do Executivo. Ademais, se uma MP não for aprovada, o governo não pode enviar uma nova sobre o mesmo tema. Nesse sentido do mecanismo de controle de pauta, o Congresso ganhou muita força.

Em resumo, o Executivo é muito mais fraco para conseguir incentivar os políticos a implementarem sua agenda de políticas de Estado, seja por meio dos mecanismos de pauta (MP e poder de veto), seja pela liberação das emendas e recursos orçamentários. Isto é, atualmente, um governo democraticamente eleito

tem mais dificuldade de pôr em prática a agenda escolhida pelo povo.

Com as regras atuais, um presidente que hesite em aumentar o tamanho do Estado e lotear estatais dificilmente terá vida longa no Alvorada. O Brasil está disposto a ir para este caminho? Somente novos dispositivos legais (PECs e PLs) seriam capazes de restaurar a governabilidade, corrigindo as distorções, o que possibilitaria alcançarmos uma maior estabilidade institucional.

Em termos econômicos, se nada for feito, no mínimo as reformas necessárias sairão muito mais caras e incertas que o usual. Sem uma reforma da governabilidade, possivelmente precisaremos de mais gastos públicos e de aumento da carga tributária para financiar a bonança de poucos. E como ficarão os mais pobres nessa história?

É muito provável que sofrerão queda do seu poder de compra, oriunda de mais **inflação** e mais **impostos**, além de crédito mais caro, com os juros mais altos. Do ponto de vista estrutural, isso deveria ser discutido pelos presidenciáveis como agenda para os próximos quatro anos. Como eleitor, pergunto- me até quando os interesses da Nação continuarão sendo desprezados para garantir os privilégios dos "sortudos do Orçamento".

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Mercado vê deflação no ano para preços controlados pelo governo

THAÍS BARCELLOS BRASÍLIA

Sob o efeito das medidas tributárias para reduzir os preços de combustíveis e energia, os itens administrados podem ter em 2022 a primeira deflação anual desde o Plano Real, conforme a série histórica do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) consultada pelo economista Leonardo França Costa, da ASA Investments, a pedido do Estadão/Broadcast. A taxa mais baixa registrada até hoje para o período foi de 1,55%, em 2013, durante a intervenção da ex-presidente Dilma Rousseff (PT) nos preços da conta de luz.

Pelo Boletim Focus divulgado ontem, a mediana esperada pelo mercado financeiro para os preços administrados no ano caiu pela 10.^a semana seguida, e passou a indicar deflação de 0,75% - ante alta de 0,01% na semana anterior. A queda livre, iniciada do pico projetado de 8,06%, está diretamente relacionada à ofensiva do governo federal para baixar os preços de combustíveis e energia às vésperas da eleição.

A deflação nos preços de administrados é atípica porque esse grupo reúne muitos produtos e serviços que costumam ter os reajustes anuais indexados à **inflação** do ano anterior, como planos de saúde, tarifas de energia e medicamentos.

No passado, a indexação era feita pelo Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), que é muito afetado por preços de commodities e pelo dólar, e costuma ter taxas mais elevadas do que o indicador de **inflação** ao consumidor.

O governo zerou **impostos** federais sobre os combustíveis e patrocinou o Projeto de Lei Complementar (PLP) 18 para limitar a alíquota de ICMS, um tributo estadual, entre 17% e 18% sobre itens como combustíveis e energia elétrica.

Assim como ocorreu nos anos seguintes a 2013, o mercado financeiro espera um "efeito rebote" parcial no ano que vem, uma vez que a expectativa é de que os **impostos** federais voltem a ser cobrados. Pelo Focus, a expectativa para os preços administrados em 2023 subiu pela 12.^a semana seguida, de 7,06% para 7,08%. Há 12 semanas, a projeção era de 4,52% (mais informações nesta página). Após a taxa de 1,55% em 2013, os preços administrados subiram

5,3%, em 2014, e 18,1% em 2015, quando o governo Dilma liberou os aumentos na conta de luz.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Setor de óleo e gás vai gerar 500 mil empregos até 2025

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo/20220802/page/3>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo/20220802/page/3>

Com corte de 1CMS, SP deixa de pagar R\$ 2,6 bilhões ao Tesouro este ano

Lu AikoOtta De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187290?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187290?page=1§ion=1

Vale-alimentação poderia ser pago em dinheiro, propõe relator na Câmara

Lucas Marchesini e Thiago Resende

O relator da MP (Medida Provisória) que altera as regras do auxílio alimentação, deputado Paulinho da Força (Solidariedade-SP), propôs que o benefício possa ser pago em dinheiro ao trabalhador.

O projeto, que deve ser votado nesta semana pela Câmara, já era alvo de embate entre empresas, governos e startups. Com as mudanças sugeridas pelo deputado, a disputa ganhou novos contornos.

A Abrasel (Associação Brasileira de Bares e Restaurantes) afirma que parte do setor poderá quebrar, colocando empregos em risco.

Segundo a entidade, cerca de 20% da receita dos bares e restaurantes é proveniente de vale-alimentação e refeição. No caso dos estabelecimentos próximos a grandes empresas, essa fatia pode chegar a 80%.

O relator disse que a mudança na forma de pagamento do auxílio alimentação depende de acordo com sindicato. "Depende de negociação coletiva" afirmou. Nesta quinta (28), as centrais sindicais apoiaram, em nota, a mudança.

Além disso, segundo o deputado, a proposta permitirá ao trabalhador usar o valor do vale em qualquer restaurante, mercado, feira ou comércio, o que configura um uso mais racional do recurso.

Já a Abrasel diz que, "com o livre uso e sem fiscalização, o benefício tende a se desvirtuar".

A versão apresentada por Paulinho também deverá enfrentar resistência do lobby das operadoras dos cartões de ticket alimentação.

O grupo é representado pela ABBT (Associação Brasileira das Empresas de Benefícios ao Trabalhador).

"A política pública se chama Programa de Alimentação do Trabalhador. Se existe um programa de alimentação e é específico, como defino que pode ser dinheiro? Não é mais um programa, vira um aumento de salário", opinou Alaor Aguirre, presidente do Conselho da ABBT.

Para ele, o risco com o método é voltar ao tempo em que o trabalhador apresentava notas fiscais de restaurantes para comprovar o gasto com comida.

Antes da proposta do deputado, a entidade tinha posição semelhante à Abrasel nas críticas a dois pontos da medida: a portabilidade do cartão a o arranjo aberto.

O primeiro permite que o trabalhador troque de cartão a seu gosto, sem ser obrigado a ficar com o fornecido pela empresa. Já o segundo muda a lógica de credenciamento da rede de restaurantes, passando a responsabilidade para as bandeiras dos cartões.

Já as novas concorrentes no setor, das quais a mais conhecida é o iFood, defendiam o texto original ao apontar que ele possibilitaria mais competição para o setor e mais benefícios para o trabalhador. A companhia não se pronunciou sobre a proposta de pagamento de auxílio alimentação em dinheiro.

A unanimidade entre todos os participantes do mercado está no fim do rebate. Essa prática comum no mercado de tickets alimentação é uma forma que as empresas encontraram para conquistar clientes.

A operadora do cartão oferece um desconto para a empresa que fechar contrato com ela. Se a companhia precisa creditar R\$ 1.000 em um cartão de vale-alimentação, a facilitadora aceita o repasse de um percentual menor, cobrindo o valor que falta.

O problema é que isso passa a ser um custo da facilitadora, que o repassa para bares e restaurantes através da taxa cobrada pela transação. O estabelecimento comercial também não fica com o prejuízo e ele vai parar no prato do trabalhador.

A expectativa de todos é que com o fim do rebate ocorra uma diminuição no preço das refeições fora do lar.

A versão original da medida provisória, apresentada pelo Ministério do Trabalho e Previdência, já propunha o fim concessão de descontos na contratação de empresas fornecedoras de auxílio alimentação. O argumento do governo é que a prática causa prejuízo ao trabalhador.

Paulinho é líder da Força Sindical e foi escolhido relator da MP por causa da proximidade que tem com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

O deputado fez mudanças em relação ao texto original proposto pelo governo para que, na nova versão, os sindicatos sejam fortalecidos.

Uma das propostas de Paulinho da Força prevê que o fim da disputa pelo saldo remanescente de contribuições sindicais, que pode chegar a R\$ 600 milhões, em valores atualizados pela **inflação**.

O dinheiro é referente a sobras da contribuição obrigatória, que foi extinta desde que a reforma trabalhista entrou em vigor, em novembro de 2017. As entidades sindicais alegam ter direito a esses recursos que teriam sido repassados ao Ministério do Trabalho por erros de preenchimento na época. Estes recursos já deveriam ter sido entregues às entidades, segundo elas -e o texto as atende.

Durante a gestão do ex-presidente Michel **Temer** (MDB), o Palácio do Planalto, a equipe econômica e a AGU (Advocacia-Geral da União) chegaram a abrir uma mesa de negociação com as centrais sindicais, mas o impasse permanece até hoje.

A medida provisória também prevê regras para o teletrabalho no país. O relator fez poucas mudanças nessa parte do texto, mas passou a prever que os acordos desse tipo de trabalho sejam firmados em negociação coletiva.

"Quase todas emendas [sugestões de alterações ao projeto] foram no sentido de não permitir negociação individual [direto entre o patrão e o empregado]. Quem entende desses assuntos é cada setor, cada categoria. Então tem que ser negociado com os sindicatos", afirmou o deputado.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=499>

91

Mercado vê pressão inflacionária maior em 2023 e eleva estimativa para Selic a 11%

Camila Moreira são paulo | Reuters

O mercado elevou a perspectiva para a **inflação** em 2023 pela 17ª semana seguida e passou a ver uma política monetária mais apertada no ano que vem, às vésperas de reunião de agosto do Banco Central.

A pesquisa Focas publicada nesta segunda (1º) pela autoridade monetária mostrou que a estimativa para a alta do IPCA em 2023 aumentou em 0,03 ponto percentual, a 5,33%, com a previsão para o aumento dos preços administrados subindo a 7,08%, 0,02 ponto a mais que na semana anterior.

Diante desse cenário de **inflação** pressionada e acima do teto da meta, a estimativa para a Selic ao final de 2023 subiu a 11,00%, de 10,75% antes.

Essas atualizações jogam mais pressão sobre o BC dias antes da decisão do Copom (Comitê de Política Monetária), na quarta (3). O mercado prevê para esse encontro aumento de 0,5 ponto percentual na taxa básica de juros, atualmente em 13,25%.

A perspectiva no Focus é que a Selic estacione em 13,75% até o final deste ano. A conta para a **inflação** em 2022 caiu pela quinta vez seguida, a 7,15%, de 7,30% no levantamento anterior, graças à perspectiva agora de deflação de 0,75% nos preços administrados. O Focus anterior apontava variação positiva de 0,01% para esses custos.

No entanto, isso é resultado dos efeitos da lei que estabelece um teto para as alíquotas de ICMS sobre combustíveis, gás, energia, comunicações e transporte coletivo, que não deverá ter impacto duradouro.

O centro da meta oficial para a **inflação** em 2022 é de 3,5% e para 2023 é de 3,25%, sempre com margem de 1,5 ponto percentual para mais ou menos.

O levantamento semanal, que capta a percepção do mercado para indicadores econômicos, apontou que a expectativa de crescimento do PIB em 2022 melhorou em 0,04 ponto percentual, a 1,97%. Mas, para 2023, houve redução de 0,09 ponto, a 0,40%.

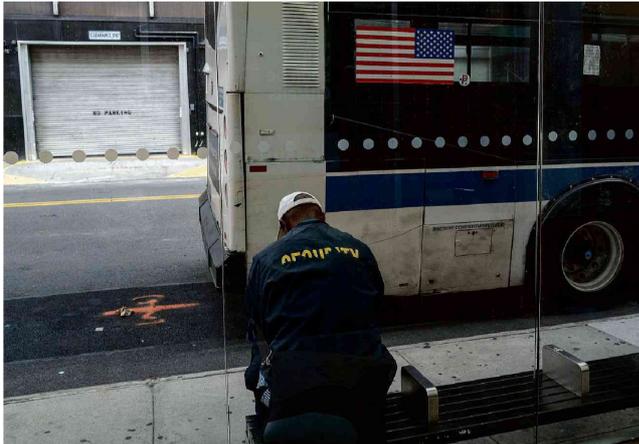
IPC-S recua 1,19% em julho com queda de gasolina e passagens

O IPC-S (Índice de Preços ao Consumidor Semanal) passou a recuar 1,19% em julho, depois de avançar 0,67% no mês anterior, informou a FGV (Fundação Getúlio Vargas) nesta segunda (1º), com quedas expressivas nos custos da gasolina e das passagens aéreas. Com isso, o índice passou a acumular avanço de 8,00% nos 12 meses até julho, de uma alta de 10,31% em junho. Os dados mostram que, em julho, o grupo Educação, Leitura e Recreação passou a cair 4,06%, depois de subir 2,06% em junho. Os preços de Transportes também mostraram queda no mês passado, a uma taxa de 4,81%, contra avanço de 0,18% em junho. Em julho, os itens com maiores influências negativas na variação do índice geral foram a gasolina (-14,24%) e as passagens aéreas (-19,81%).

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49991>

Desaceleração econômica nos EUA pode levar à recessão?



WASHINGTON | FINANCIAL TIMES Os dados econômicos dos Estados Unidos estão enviando mensagens contraditórias, dificultando a resposta para uma pergunta aparentemente simples: a maior economia do mundo está em recessão?

Números do Departamento de Comércio mostraram na última quinta-feira (28) um segundo trimestre consecutivo de queda do Produto Interno Bruto, intensificando um debate que se tomou politicamente carregado.

As notícias do segundo declínio trimestral consecutivo -um marcador comum de recessão- se seguiram a sinais de que a atividade empresarial em todo o país começa a desacelerar. O mercado imobiliário dos EUA está oscilante e os consumidores estão cada vez mais pessimistas, enquanto o Federal Reserve intensifica os esforços para conter a **inflação** mais alta em mais de quatro décadas com grandes aumentos das taxas de juros.

Os árbitros oficiais sobre se os EUA estão ou não em recessão -um grupo de economistas da Agência Nacional de Pesquisas Econômicas (NBER na sigla em inglês)- ainda não deram seu julgamento formal Mas os formu-ladores de políticas da Casa Branca deram.

Antes do relatório da última quinta-feira, a secretária do Tesouro, Janet Yellen, disse que ficaria "surpresa" se o NBER declarasse o momento atual como recessão. Ela reforçou essa visão em uma entrevista coletiva após a divulgação dos dados, observando que as perdas substanciais de empregos, o fechamento de empresas e orçamentos apertados que normalmente

acompanham uma recessão "não são o que estamos vendo agora".

O mesmo fez o Fed. Jay Powell, presidente do banco central, alertou que os números do **PIB** são revisados várias vezes e que a primeira iteração deve ser tomada "com uma pitada de ceticismo".

No entanto, os republicanos se apoderaram dos dados, imediatamente marcan-do-os como a "Recessão de Joe Biden". Aqueles que abraçaram a ideia de que os EUA estão em recessão apontam o fato de que sempre que houve contrações consecutivas do **PIB** no passado uma recessão foi declarada pelo NBER -na maioria das vezes.

"A definição 'oficial' de recessão não é de trimestres consecutivos de **PIB** real negativo", disse David Rosenberg, eco nomista-chefe e presidente da Rosenberg Research. "Mas to -da vez que isso aconteceu no período pós-guerra a economia estava em recessão." A maioria dos economistas compartilha a visão da Casa Branca e do Fed de que os EUA ainda não estão em reces-são, mas sua confiança de que a economia pode evitar esse resultado em uma data futura diminuiu acentuadamente.

"Com base apenas nos dados do **PIB**, não podemos concluir que estamos em recessão agora", disse Blerina Uru-çi, economista para os EUAna T Rowe Price. "Isso pode ser o prelúdio de uma recessão... e precisamos ser cautelosos para não descontar nada agora, porque há muita incerteza." O NBER caracteriza uma recessão como um "declínio significativo na atividade econômica que se espalha por toda a economia e dura mais que alguns meses".

O comitê de oito economistas da agência se reúne a portas fechadas para tomar essa decisão, normalmente com um atraso de vários meses ou até um ano. O julgamento é baseado em medidas que incluem crescimento mensal dos empregos, gastos do consumidor em bens e serviços e produção industrial.

Por esses padrões, o atual cenário econômico inequivocamente não atinge esse limite, dizem autoridades do Fed e da Casa Branca.

No mês passado, houve criação de 372 mil empregos saudáveis, e a taxa de desemprego se estabilizou em

um nível historicamente baixo de 3,6%. Para cada desempregado, há aproximadamente duas vagas, fazendo deste um dos mercados de trabalho mais apertados na história recente.

"Nunca tivemos uma recessão sem demissões, [e] não acho que estejamos perto de um ciclo completo de demissões. Simplesmente não há evidências disso", disse Aneta Markowska, principal economista financeira da Jefferies.

Economistas apontam para a Regra de Sahm. Desenvolvida pela ex-funcionária do Fed Claudia Sahm, a regra estipula que uma recessão se instala quando a média móvel de três meses da taxa de desemprego sobe pelo menos meio ponto percentual acima de sua baixa nos últimos 12 meses. Por essa métrica, a taxa de desemprego precisaria ter ultrapassado 4% para se dizer que os EUA estão em recessão.

Os dados do **PIB**, entretanto, incluíram sinais de fraqueza além do número principal, que sugere um consumidor muito menos dinâmico e investimentos em declínio. Economistas do Citigroup chegaram a dizer que meados de 2022 poderá marcar um pico de atividade.

"Esta é uma desaceleração bastante ampla dos gastos", acrescentou Jonathan Millar, ex-economista do Fed hoje no Barclays. Embora tenha rejeitado a ideia de que a economia dos EUA entraria em recessão em breve, ele disse que há uma "possibilidade muito forte" de que isso aconteça no próximo ano e que "realmente depende de quão resiliente estará o setor de serviços".

Espera-se que o banco central aos EUA avance com seus planos de aperto da política monetária mesmo com a desaceleração da economia, tendo aumentado as taxas de juros em mais 0,75 ponto percentual na última semana, pela segunda reunião consecutiva. Powell sinalizou novos aumentos e os participantes do mercado esperam que a taxa básica de juros suba para cerca de 3,5% até o final do ano, um ponto percentual acima do nível de hoje.

O presidente do Fed afirmou que os aumentos das taxas podem reduzir a **inflação** sem causar perdas dolorosas de empregos ou uma queda acentuada, mas admitiu que o caminho para alcançar esse resultado "se estreitou... e pode se estreitar ainda mais".

Ele também afirmou que o banco central continua focado em conter a alta **inflação** e que não fazer isso seria um resultado pior do que restringir a economia - intensificando as preocupações sobre uma eventual

recessão.

"Isso é o que acontece num ambiente em que o Fed tenta fazer com que sua política seja restritiva", disse Andrew Patterson, economista internacional sênior na Vanguard. "Começaremos a ver mudanças para pior na produção e eventuais aumentos do desemprego, num esforço para tentar reduzir a **inflação**." Tradução Luiz Roberto M. Gonçalves

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49991&anchor=6460486&pd=pdf1199f7471bcbe43e5f2194557d644>

IBGE diz estar "confiante" sobre o orçamento

O diretor de pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Cimar Azeredo, afirmou nesta segunda-feira, que está "confiante" com a possibilidade de o órgão ter à disposição recursos complementares para concluir o Censo Demográfico 2022, caso seja preciso. No momento, a recomposição da verba não é necessária, de acordo com ele.

O orçamento para o começo da pesquisa é de R\$ 2,3 bilhões. "A gente já reajustou algumas coisas. Estou muito confiante: se por acaso a gente necessitar de mais recursos, a gente vai ter esses recursos. O governo está muito ciente da importância do Censo. Mas a gente vai trabalhar um dia de cada vez. Hoje a gente não necessita de nenhuma complementação", disse o diretor.

A declaração foi dada a jornalistas após o evento de lançamento do Censo. A cerimônia ocorreu no Museu do Amanhã, no centro do Rio de Janeiro, durante a manhã.

O Censo, que costuma ser realizado de dez em dez anos, é considerado o trabalho mais detalhado sobre as características demográficas e socioeconômicas da população brasileira.

Batalha

Para a realização do estudo em 2022, o IBGE contou com o orçamento de cerca de R\$ 2,3 bilhões após o Supremo Tribunal Federal (STF) ser acionado. Ao longo dos meses, especialistas e até membros do instituto chegaram a cogitar a necessidade de mais recursos em razão da disparada da inflação.

Em seminário com jornalistas em junho, o próprio Azeredo indicou que o instituto buscava complementação no orçamento devido à carestia da gasolina, utilizada nos deslocamentos dos recenseadores, por exemplo. (Leonardo Vieceli, da Folhapress)

Site: https://cdn-acervo.sflip.com.br/temp_site/issue-5070c864690416ae860eede18e5c7e4f.pdf

Orçamento de 2023 não tem espaço para reajuste geral e auxílio a R\$ 600

ADRIANA FERNANDES BRASÍLIA

O Ministério da Economia quebra a cabeça para fechar a proposta de Orçamento de 2023 com a previsão de um reajuste dos salários de todo o funcionalismo público federal. Há pouco espaço até mesmo para garantir a correção linear de 5% para os servidores civis e militares que chegou a ser acenada, em meados do ano, pelo governo. Uma das saídas em análise pelos técnicos é priorizar a reserva de recursos para o reajuste de carreiras de Estado com salários mais defasados em relação aos da iniciativa privada em vez de um aumento geral para todas as categorias, segundo apurou o Estadão com fontes credenciadas que participam da elaboração do projeto de Orçamento.

Mesmo com a perspectiva de as contas do governo fecharem este ano no azul, o governo vai enviar o projeto de lei orçamentária de 2023 formulado com a previsão de mais um déficit. O último ano em que as contas do governo fecharam com saldo no azul foi em 2013.

Os técnicos acreditam que seria um erro conceder um reajuste para todos os servidores, embora algumas carreiras, entre elas as administrativas, estejam há quase cinco anos sem reajuste. Um ponto em discussão é que há servidores que ganham muito acima dos salários da iniciativa privada.

Há avaliação interna no ministério de que se esgotou o espaço para uma "reforma administrativa" via contenção de salários, e que seria preciso melhorar o plano de carreiras e viabilizar mudanças por meio de projeto de lei para diminuir o salário de entrada dos servidores nas carreiras típicas de Estado.

Na pandemia da covid-19, uma lei congelou os salários em 2020 e 2021, mas havia categorias sem reajustes desde 2017.

O tema voltou ao radar da equipe econômica porque o governo tem até o dia 31 deste mês para enviar o projeto orçamentário ao Congresso - que valerá para o próximo governo.

NOVELA SALARIAL.

Ao longo do primeiro semestre deste ano, uma novela

se instalou em torno do reajuste e da promessa inicial do presidente Jair Bolsonaro de garantir recursos apenas para a reestruturação salarial das carreiras policiais do Executivo federal (Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e agentes penitenciários).

Depois de idas e vindas, nenhuma carreira recebeu o reajuste.

Aos policiais, Bolsonaro já chegou a prometer que aprovará as mudanças depois das eleições, para vigorar em 2023. Já na campanha do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), discute-se a possibilidade de uma fórmula que divida em parcelas a correção da defasagem dos salários nos próximos anos. Essa é uma estratégia já adotada no passado pelos governos petistas.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2023 contém uma reserva de R\$ 11,7 bilhões para o reajuste dos servidores.

Os sindicatos dos servidores pedem uma reposição de no mínimo 24%. Como mostrou o Estadão, cálculos do economista Bráulio Borges, da LCA consultoria, estimam que a defasagem de 2020 a 2022 é de 25%. Um reajuste de 10% custaria R\$ 25 bilhões a partir de março do ano que vem.

AUXÍLIO BRASIL.

O governo vai incluir no próximo dia 9, quando começa a valer o valor de R\$ 600 para o piso do Auxílio Brasil, mais 2,2 milhões de famílias no programa. Em julho, o benefício foi pago a 18,13 milhões de famílias. O aumento de R\$ 400 para R\$ 600 vale até 31 de dezembro, mas tanto Bolsonaro quanto Lula já anteciparam que, se eleitos, vão manter o adicional de R\$ 200 como permanente a partir de 2023.

O projeto de lei do Orçamento será enviado, no entanto, levando em conta o valor de R\$ 400. O valor de R\$ 600 cabe no teto de gasto (regra que limita o crescimento das despesas à variação da **inflação**), segundo técnicos, se as despesas discricionárias (não obrigatórias) caírem para um patamar entre R\$ 80 bilhões e R\$ 85 bilhões - hoje, elas somam R\$ 154 bilhões.

Um quadro de forte aperto e baixo investimento.

Esse valor está próximo da chamada "regra de bolso" do governo que mostra que, com a fatia de despesas não obrigatórias abaixo de R\$ 70 bilhões, a máquina administrativa entra em paralisação, o chamado "shutdown".

O custo adicional do Auxílio Brasil com R\$ 600 está hoje entre R\$ 60 bilhões e R\$ 70 bilhões.

O custo anual com o benefício em R\$ 400 é de R\$ 89 bilhões.

Para manter o Auxílio Brasil em R\$ 600 em 2023, o governo precisaria de uma receita de no mínimo R\$ 150 bilhões. O custo final dependerá de quantas novas famílias serão incorporadas ao programa até o fim do ano. Há demanda para subir o alcance do Auxílio Brasil para 21,6 milhões de famílias, quantidade acima do que o governo pretende incluir este mês.

No envio do projeto de Orçamento, o Ministério da Economia fará uma apresentação das implicações no Orçamento para manter o Auxílio Brasil com piso de R\$ 600 no ano que vem.

Aperto

R\$ 11,7 bi é a reserva prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2023 para reajuste de servidores

R\$ 25 bi é quanto custaria um reajuste de 10% para os servidores federais, a partir de março do ano que vem

R\$ 150 bi é o mínimo que o governo precisaria para manter o Auxílio Brasil em R\$ 600 em 2023

R\$ 154 bi é o valor que alcançam hoje as despesas não obrigatórias

R\$ 85 bi é o limite para o qual as despesas não obrigatórias deveriam cair para que o Auxílio Brasil a R\$ 600 caiba no teto

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Bloqueio em orçamento secreto pode "azedar" apoio do Congresso a governo

A dois meses das eleições, o bloqueio de quase metade do orçamento secreto e de emendas de comissão pode azedar a relação entre o governo federal e o Congresso e respingar no apoio de parlamentares, principalmente do Centrão, à campanha pela reeleição do presidente Jair Bolsonaro.

Segundo o Estadão/Broadcast apurou, na prática o bloqueio impedirá os parlamentares de movimentar cerca de R\$ 4 bilhões em emendas que poderiam ser empenhadas ou pagas mesmo em período eleitoral.

Na sexta-feira passada, o Ministério da Economia publicou decreto orçamentário com um novo contingenciamento de despesas no terceiro bimestre, mas, diferentemente do habitual, não detalhou o corte por ministério nem quanto foi congelado das emendas.

Técnicos disseram à reportagem que a pasta decidiu não divulgar os números justamente para não "comprar briga" com o Congresso, já que o detalhamento deixaria claro o inevitável: a tesourada do terceiro bimestre deve atingir em cheio as emendas, principalmente as de relator.

Nos bastidores, representantes da Economia dizem que o congelamento foi feito porque essas emendas não poderiam ser gastas no período eleitoral e que, após a eleição, os valores serão desbloqueados e o governo poderá honrar os "compromissos políticos" assumidos com os parlamentares.

Técnicos ligados ao Orçamento ouvidos pelo Estadão/Broadcast, porém, contestam essa versão. Eles explicam que deputados e senadores já contavam com a possibilidade de empenhar novos recursos - primeira etapa do processo orçamentário, quando a verba é "carimbada" para quitar uma obra ou contrato -, o que, agora, não poderá ser feito com o contingenciamento anunciado pelo governo. Além disso, obras e licitações já em andamento poderiam ser pagas, o que não ocorrerá com o grande volume contingenciado.

De acordo com dados do Siga Brasil, sistema de informações do Senado sobre o Orçamento, do total previsto para as emendas de relator R\$ 12,3 bilhões já foram indicadas pelo relator para execução, que é a primeira etapa. Desse montante, ainda falta empenhar R\$ 4,1 bilhões. E, do montante já empenhado (R\$ 8,2 bilhões), falta pagar R\$ 1,4 bilhão.

Segundo técnicos, após o contingenciamento há disponível para empenho no universo de emendas de relator e de comissão apenas R\$ 850 milhões. Ou seja, em período eleitoral os parlamentares "perderam" mais de R\$ 4 bilhões que poderiam estar movimentando, seja por empenho ou mesmo por pagamentos.

MANOBRA.

O risco de ver as emendas de relator bloqueadas para o cumprimento do teto de gastos, regra que atrela o crescimento das despesas à **inflação**, já estava no radar dos parlamentares, que tentaram blindar esses recursos no Orçamento do próximo ano. O relatório da Proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2023 foi aprovado pela Comissão Mista de Orçamento do Congresso com um artigo que transformava essas despesas em obrigatórias, ou seja, não contingenciáveis.

A manobra foi parar no Supremo Tribunal Federal (STF), após os senadores Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e Alessandro Vieira (PSDB-SE) e os deputados Felipe Rigoni (União Brasil- ES) e Tabata Amaral (PSBSP) terem questionado a blindagem das chamadas emendas RP-9. O relator da proposta, senador Marcos do Val (Podemos-ES), acabou retirando este trecho antes da votação em plenário.

A polêmica sobre outro artigo, que obriga o governo a prever no Orçamento os recursos para o pagamento dessas emendas, chegou a adiar por um dia a sessão do Congresso para votar a LDO 2023. O texto foi aprovado com essa reserva orçamentária, mas sem a obrigatoriedade do pagamento.

Diferença

R\$ 12,3 bi é o valor de emendas de relator já indicado para execução - que é a primeira etapa no processo para liberação de recursos do Orçamento.

O dado é do Siga Brasil, sistema de informações do Senado

R\$ 850 mi é o valor disponível para empenho de emendas de relator e de comissão depois do novo contingenciamento no Orçamento deste ano

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Focus mantém cenário de estouro da meta para IPCA

MARIANNA GUALTER

O Boletim Focus divulgado ontem mostrou nova desaceleração na mediana para o IPCA (o índice oficial de **inflação**) no ano, enquanto a projeção para 2023, foco atual da política monetária, não para de subir. O relatório com projeções do mercado mantém o cenário de estouro da meta inflacionária por três anos seguidos, de 2021 a 2023.

Com o efeito das desonerações sobre combustíveis e energia e da queda do preço da gasolina, a estimativa para o IPCA de 2022 cedeu pela quinta semana consecutiva, de 7,30% para 7,15%. Em contrapartida, a de 2023 avançou de 5,30% para 5,33% - a 17.^a alta seguida. Há um mês, as estimativas eram de 7,96% e 5,01%, respectivamente.

Os percentuais continuam a apontar para três anos consecutivos de estouro da meta a ser perseguida pelo Banco Central, após o descumprimento já observado em 2021, com o IPCA de 10,06%. O alvo para 2022 é de 3,50%, com tolerância superior de 5%, enquanto a meta para 2023 é de 3,25%, com banda até 4,75%.

No Comitê de Política Monetária (Copom) de junho, o BC indicou que mira algo mais próximo do centro da meta no ano que vem do que sua projeção atual (4%).

Inflação medida pela FGV registra retração de 1,19% em julho

O Índice de Preços ao Consumidor - Semanal (IPC-S) recuou 1,19% no fechamento de julho, após deflação de 0,44% na terceira quadrissemana e alta de 0,67% em junho.

Com esse resultado, divulgado ontem pela Fundação Getulio Vargas (FGV), o indicador passou a acumular variação de 8% nos 12 meses até julho, ante 10,31% no período até maio.

A queda mensal foi maior do que o piso da pesquisa Projeções Broadcast, que era de -1,12%. Os preços de cinco das oito categorias de despesas que compõem o indicador perderam força entre a terceira quadrissemana de julho e o fechamento do mês, com destaque para Transportes (de -2,88% para -4,81%) - grupo puxado por gasolina (de -8,61% para -14,24%).

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Como a população está mudando (Editorial)



Com atraso de dois anos, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) iniciou, no primeiro dia de agosto, a coleta de dados do Censo Demográfico 2022.

Seus resultados, que começarão a ser conhecidos em dezembro, mostrarão como e quanto o País mudou desde 2010. Identificar essas mudanças pode ser de grande auxílio na formulação de políticas públicas, em particular nas áreas de educação, saúde e ações sociais.

Realizado regularmente a cada dez anos desde 1940, o Censo teve, neste ano, o maior atraso de sua história. Programado para ser realizado em 2020, o trabalho foi adiado para o ano seguinte por causa da pandemia. No ano passado, houve novo adiamento, por falta de recursos no Orçamento da União. Será realizado com os mesmos recursos que haviam sido previstos em 2019. A **inflação** corroe o valor real da verba e deve trazer dificuldades para o IBGE. "Estamos preparados para superá-las", garantiu o presidente do instituto, Eduardo Rios Neto, na cerimônia que marcou a abertura da operação do Censo 2022.

Até o fim de outubro, mais de 183 mil agentes censitários (15 mil ainda estão sendo contratados)

visitarão 75 milhões de domicílios em 5.570 municípios. A estimativa é de que a população brasileira seja atualmente de 215 milhões de pessoas.

É importante que o responsável pelo domicílio receba o recenseador com cordialidade e preste as informações solicitadas. Haverá dois questionários.

O básico será aplicado a praticamente 90% da população e conterà questões sobre as condições do domicílio e informações sobre os moradores, incluindo renda, grau de instrução e mortalidade. O mais completo investigará trabalho, rendimento, estado civil, fecundidade, religião ou culto, deslocamento para estudar ou trabalhar, entre outros temas.

"Se por acaso seu domicílio não foi recenseado, procure o IBGE", recomenda o diretor de Pesquisa do IBGE, Cimar Azeredo. "O Censo é fundamental para você, para o País, para todo o mundo. É importante que o País se conheça." De fato, o Censo registra as características essenciais de cada cidadão, de cada família e de cada domicílio.

Mostra também a distribuição geográfica da população.

Há alguns anos o padrão demográfico brasileiro vem se modificando, com aumento proporcional da população idosa e redução gradual do número de jovens. O envelhecimento da população aponta para o crescimento das despesas com saúde e com o sistema previdenciário, bem como para a redução do ritmo de expansão da rede de ensino básico.

Identificar como vivem as crianças e jovens em idade escolar permitirá ações mais efetivas no campo da educação. Novas demandas estimuladas ou criadas pela pandemia igualmente determinarão os rumos das políticas públicas para a área de saúde.

O Censo mostrará com maior clareza essas transformações e fornecerá aos gestores de políticas públicas informações preciosas para o desenho das ações do governo. Ao possibilitarem um planejamento mais preciso, os dados do Censo são também fundamentais para o setor privado.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>